

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO
GRANDENSE - CÂMPUS PASSO FUNDO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Suzana de Moura Einloft Salles

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Passo Fundo

2024

SUZANA DE MOURA EINLOFT SALLES

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Especialização em Gestão de Educação Básica do Instituto Federal Sul-Rio Grandense, Campus Passo Fundo, como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Pesquisa em Educação.

Orientador: Willian Guimarães

PASSO FUNDO

2024

SUMÁRIO

1. TEMA.....	4
1.1. Delimitação do Tema	4
2. PROBLEMA.....	4
3. OBJETIVOS.....	4
3.1. Objetivo geral.....	4
3.2. Objetivos Específicos	5
4. JUSTIFICATIVA.....	5
5. HIPÓTESE.....	6
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
6.1. Definição de inclusão e diversidade de gênero.....	6
6.2. Leis que abordam a inclusão.....	8
6.3. O cenário escolar perante a inclusão.....	9
6.4. Papel o gestor escolar dentro de uma proposta democrática de gestão.....	11
6.5. A relação da gestão escolar e educação inclusiva.....	12
7. METODOLOGIA.....	13
8. CRONOGRAMA	14
9. REFERÊNCIAS.....	15

1. TEMA

O papel da gestão escolar na implementação de políticas de diversidade sexual e de gênero nas escolas públicas.

1.1. Delimitação do Tema

Entender como a gestão escolar nas escolas públicas de educação básica influenciam na implementação das políticas de inclusão e diversidade, investigando especificamente o papel do gestor escolar, como um agente propagador, que interpreta, adapta e executa tais políticas nas escolas, além de sintetizar possíveis ações de gestão.

2. PROBLEMA

A relação entre o gestor escolar e a educação inclusiva, reconhece que a prática dessa educação requer mudanças importantes nos sistemas de ensino e nas escolas, os gestores escolares são essenciais nesse processo, pois lideram e mantêm a estabilidade do sistema (SAGE, 1999).

Desta forma, pode-se dizer que a situação problema a ser analisada é: Qual o papel dos gestores escolares das escolas públicas de ensino básico na implementação das políticas de diversidade sexual e de gênero, e quais são os principais desafios e estratégias envolvidos nesse processo?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar o papel do gestor escolar na implementação de políticas de diversidade sexual e de gênero nas escolas públicas de educação básica;

3.2. Objetivos Específicos

1. Analisar a importância do envolvimento dos gestores escolares na promoção de um ambiente inclusivo e respeitoso nas escolas públicas de ensino básico.
2. Identificar as responsabilidades legais dos gestores escolares na implementação de políticas de diversidade sexual e de gênero.
3. Reconhecer o potencial dos gestores escolares na liderança de iniciativas que fomentem o respeito e a aceitação entre os estudantes, de diferentes orientações sexuais e identidade de gênero.

4. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho parte da justificativa de que a implementação de políticas de diversidade sexual e de gênero nas escolas públicas é essencial para promover um ambiente multicultural e diversificado, onde todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, possam alcançar seu pleno potencial.

A inclusão na educação pretendida é aquela que valoriza qualquer diferença, que olha o aluno como ele é, que traz a cultura desse mesmo aluno para a sala de aula e, conseqüentemente, para o interior da escola (MATTOS, 2012).

Khater e Souza (2018) afirmam que, infelizmente, em uma sociedade com tamanha desigualdade, não é raro observarmos as minorias serem oprimidas e reprimidas nos ambientes escolares, mesmo com os avanços da Educação em busca de uma Educação Inclusiva e das leis que garantem a igualdade e os direitos humanos, os preconceitos construídos culturalmente ainda determinam e expressam atitudes e ações consciente ou inconscientemente de mecanismos de julgamento e negação de pessoas diferentes em algum aspecto.

Este trabalho busca compreender a gestão escolar como uma possibilidade concreta de desenvolvimento de projetos pedagógicos que possam fomentar a criação de espaços educativos que promovam o respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas públicas de ensino fundamental.

Este trabalho também se constitui em uma oportunidade única de elaboração de um ciclo de vida, onde a autora, através da sua própria vivência pessoal e profissional, presenciou situações de preconceito, assédio e violência velada.

5. HIPÓTESE

Não há dúvidas que a gestão escolar exerce um papel de muita importância na implementação de políticas de diversidade sexual e de gênero nas escolas, influenciando positivamente ou negativamente para um ambiente escolar inclusivo e seguro para todos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Para este trabalho, explora-se a hipótese de que a relação entre a atuação da gestão escolar e a implementação de políticas voltadas à diversidade sexual e de gênero deve ser cada vez mais abordada no meio social e academicamente, para que assim mudanças possam ser feitas.

Considere-se também, o histórico profissional da autora, professora a mais de 35 anos na rede pública, tanto estadual como municipal, onde presenciou incontáveis momentos de desrespeito às diferenças sexuais e de gênero. Por fim, pode-se dizer que a presente pesquisa é uma necessidade educativa interna da autora, no que diz respeito à justiça social.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1. Definição de inclusão e diversidade sexual e de gênero

A inclusão e a diversidade sexual e de gênero são conceitos de extrema importância para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Freire (2008) afirma que a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos que participam, de uma forma consciente e responsável, da sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Ainda segundo o autor, a inclusão tem como ideia central que todos os indivíduos possuam o direito de participarem de forma compreensiva e responsável da sociedade a qual está inserido, tanto do ponto de vista educacional, mas também social e político. Além disso, eles também necessitam ser respeitados nas suas individualidades que os tornam únicos e singulares, confirmando dessa forma a ideia de inclusão (FREIRE, 2008).

Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de diversidade:

[...]o conceito de diversidade fundamenta-se na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos em condições de igualdade com qualquer outro membro/grupo da/na sociedade, independentemente do grupo ao qual a pessoa pertence, como consequência (a) implica ruptura com a desigualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais, (b) significa um movimento em defesa e promoção do reconhecimento e respeito às diferenças individuais, sejam elas de qualquer natureza, e (c) envolve participação, empoderamento e engajamento político dos membros do grupo (FERREIRA, p.11, 2015).

Quanto à sexualidade e à diversidade sexual, tais conceitos serão abordados de maneira conjunta, entendidos como o desdobramento um do outro quando a questão em pauta é a promoção de uma educação que defenda a criança e que contribua para um mundo no qual ser mulher ou homem não defina o destino de nenhuma pessoa (CAETANO, LIMA E CASTRO, 2019).

Para os defensores do movimento inclusivo, a inclusão é uma questão de direitos que assiste a todas as crianças, independentemente do gênero, classe social, grupo social ou outras características individuais e/ou sociais, assim como vem afirmado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

A “inclusão escolar” é um termo que abrange o significado de ações, posturas sociais e políticas mais democráticas, visando ao reconhecimento e estabelecimento dos direitos dos grupos excluídos dentro da sociedade, pela por meio da escola (MENDES, 2017).

O valor principal que norteia a ideia da inclusão está calcado no princípio da igualdade e diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa. Fundamenta-se na concepção de educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos alunos e realizando o atendimento às suas necessidades educativas (TEZANI, 2001).

Complementarmente, é necessário realizar a pergunta: O que é se sentir incluído? Segundo Spozati (1996), o não fracasso significa um indicador de inclusão, alfabetizar-se, qualidade de escolarização, escola próxima à residência, assegurar o cumprimento dos programas pedagógicos ao longo de escolarização, ter acesso à escola e ter aulas, ajustar os conteúdos pedagógicos à realidade da criança de classes populares, todos esses aspectos são indicadores de inclusão (MATTOS, 2012).

Para Aranha (2001), a inclusão é a aceitação da diversidade na vida em sociedade, e também a garantia do acesso das oportunidades para todos. Portanto, não é somente com leis e textos teóricos que iremos assegurar os direitos de todos, pois esses, por si mesmos, não garantem a efetivação das ações no cotidiano escolar (TEZANI, 2001).

Apesar disso, pode-se afirmar que é fundamental pesquisar os documentos oficiais que tem como objetivo promover e proteger as populações que pertencem a este grupo, justamente porque nesses documentos encontramos as orientações necessárias para promover e proteger os direitos dessa população específica.

6.2. Leis que abordam a inclusão

Existem diversos documentos oficiais importantes em diferentes instâncias (internacional e nacional) que abordam questões que tratam sobre a inclusão e diversidade sexual e de gênero. O estudo destes documentos são importantes pois garantem o comprometimento com a educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca é um documento publicado em 1994 como resultado da Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais (World Conference on Special Needs Education). Embora o documento tenha surgido no contexto da educação de crianças em condição de necessidades educativas especiais, foi um momento fundamental para a evolução dos princípios e das práticas em relação à educação de crianças com necessidades educativas especiais, é nele que vêm claramente explicitados os princípios inclusivos, e é assim que este documento constitui um documento essencial das práticas inclusivas (FREIRE, 2008).

O primeiro Programa Nacional em Direitos Humanos (PNDH I) foi publicado por meio do Decreto Presidencial nº 1.904, de 13 de maio de 1996 (BRASIL, 1996), tendo por fundamento as resoluções da Conferência Mundial em Direitos Humanos das Nações Unidas, realizada em 1993 na cidade de Viena.

O Art. 3, inciso IV da Constituição Federal de 1988, afirma que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e o Art. 5º, inciso XLI, que “A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Já nessas garantias

constitucionais, há uma ênfase à liberdade e às garantias das pessoas LGBTQIA+ à vida longe do preconceito e da discriminação (BRASIL, 1988).

Em decorrência das determinações da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, foram estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foi o primeiro instrumento normativo que objetivou a inserção e oficialização do tema da sexualidade e do gênero no currículo escolar da Educação Básica (BRASIL, 1988).

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) foi criado pelo Ministério da Justiça, e cabe a ele a incumbência de formular e propor as diretrizes de atuação do governo direcionadas ao combate à discriminação e à promoção e defesa dos direitos (CATRINCK, MAGALHÃES E CARDOSO, 2020). Além disso, é competência do Conselho participar na criação de critérios e parâmetros de ação governamental, como também revisar e monitorar ações, prioridades, prazos e metas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT). Em 2004, por meio das atividades do CNCD e de entidades organizadas da sociedade civil, foi apresentado o Programa Brasil sem Homofobia (CATRINCK, MAGALHÃES E CARDOSO, 2020).

6.3. O cenário escolar perante a inclusão

A sociedade está cada vez mais diversa e plural, recebendo alunos de diferentes culturas, etnias, religiões e estilos de vida. A escola dentro deste cenário se configura como um espaço onde diferentes realidades se encontram e estabelecem relações. Pesquisadores da área da educação afirmam que a exclusão e discriminação estão presentes no cotidiano das escolas, como atestam pesquisas feitas nos últimos anos. Muniz (2024) afirma:

Vivemos um momento em que a diversidade questiona, provoca e interroga a prática docente de maneira consistente e constante. As salas de aula, como em nenhum outro momento, apresentam pessoas dos mais variados tipos que não apenas estão ali, mas que querem ser vistas e reconhecidas da maneira como são, da maneira como se reconhecem e se apresentam socialmente (MUNIZ, 2024, p. 4).

Inúmeras são as pesquisas científicas que indicam que estudantes travestis e transexuais têm sérios problemas em se manter nas escolas (ANDRADE, 2012). Para que a escola consiga desenvolver cidadãos com competências complexas, que lhes permitam participar na sociedade de que fazem parte, e que revelem atitudes de tolerância e respeito para com todos os outros cidadãos, ela não pode permanecer inalterada (ANDRADE, 2012).

No caso daqueles alunos com maiores dificuldades em se adaptar à escola e em enfrentar suas exigências, a história tem mostrado que a segregação, permanecendo o seu cerne inalterado, não é solução (MENDES, 2017). Autores afirmam que a educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero ou habilidades (MENDES, 2017).

Os autores Khater e Souza (2018) afirmam:

A Educação ainda parece ser a melhor forma de inclusão e rompimento de preconceitos e superação de barreiras, não só para as pessoas com algum tipo de deficiência, mas para todas as pessoas de uma forma geral. Até mesmo para os educadores que precisam trabalhar valores humanos desde o início da vida escolar das crianças (KHATER E SOUZA, p. 3, 2018).

Há uma tendência crescente de se ver a exclusão na educação de forma mais ampla, em termos de superação da discriminação e da desvantagem em relação a quaisquer grupos vulneráveis a pressões excludentes (FÁVERO et al., 2009).

Segundo Mattos (2012), todas as crianças devem ser colocadas na vida social e educacional da escola sem terem sido excluídas antes pelo sistema educacional, é necessário fazer algo para que elas permaneçam na escola, a inclusão requer considerar peculiaridades, cruzamento de culturas, olhar a singularidade dentro da pluralidade, olhar a parte no todo e o todo na parte. Implica, ainda, considerar as crenças, mitos e valores da cada um, bem como considerar as emoções envolvidas no relacionamento (MATTOS, 2012).

A educação inclusiva busca a minimização de qualquer tipo de exclusão, abrindo caminho para que as pessoas possam fazer suas escolhas e decidir seus

destinos, sem entendê-los alguém que precisam de ajuda, mas como pessoas que têm potencial para, por elas próprias, resolverem suas necessidades e desenvolverem suas potencialidades (MATTOS, 2012).

A educação inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, que defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos, é um local que reconhece as diferenças, trabalha para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (MENDES, 2017).

6.4. Papel do gestor escolar dentro de uma proposta democrática de gestão

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores (SAGE, 1999).

Tezani (2001) afirma que a gestão escolar democrática e participativa proporciona à escola se tornar mais ativa e suas práticas devem ser refletidas na e pela comunidade.

É papel do diretor provocar as mudanças necessárias do sistema em cada nível, é essencialmente um papel de facilitação, a mudança não pode ser legislada ou obrigada a existir, o medo da mudança não pode ser ignorado (TEZANI 2001). O diretor pode ajudar os outros a encararem o medo, encorajar as tentativas de novos comportamentos e reforçar os esforços rumo ao objetivo da inclusão (SAGE, 1999).

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da escola, o estímulo à capacitação de professores, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizam com a filosofia da instituição (SANT'ANA, 2005).

Os autores Moreira e Câmara (2013), evidenciam como a escola pode se tornar um ambiente fértil para reflexões que facilitem o respeito à diversidade. Complementarmente, de modo mais específico, poderíamos pensar no acolhimento às identidades sexuais e de gênero não hegemônicas (MARTINS, 2023).

6.5. A relação da gestão escolar e educação inclusiva

Com a intensificação do sentimento democrático, o Ocidente viu crescer em seu interior resistências a um modelo de escola e de educação normativo e (re)produtor de violências (CAETANO, LIMA E CASTRO, 2019).

Para Steinbeck e Steinbeck (1999):

Uma escola inclusiva [...] é aquela que educa todos os alunos em salas de aulas regulares. Educar todos os alunos em salas de aulas regulares significa que todo aluno recebe educação e frequenta aulas regulares. Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades, recebem todo o apoio e ajuda de que eles e seus professores possam, da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. [...] Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p. 11).

A afetividade é um caminho para incluir qualquer educando no ambiente escolar. É a mediadora entre a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula, na busca da inclusão de qualquer educando na escola (MATTOS, 2012).

Em educação, a inclusão chegou para reafirmar o maior princípio já proposto internacionalmente: o princípio da educação de qualidade como um direito de todos. (SANTOS, 2009)

Em sua pesquisa, Mattos (2012) afirma que se é conhecido que a antinomia exclusão/inclusão significa o direito à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, a eliminação das barreiras à aprendizagem e a participação de todos no sistema educativo.

Martins (2023) afirma que pesquisadores tecem importantes considerações sobre sua historicidade, natureza cultural e multiplicidade, além de seu potencial caráter transformador e emancipador. Dentre suas significações, cabe destacar a transmissão de modos de vida e valores, ou seja, para além dos conhecimentos vinculados às matérias escolares, reflexões voltadas ao exercício da cidadania e do respeito aos direitos humanos (MARTINS 2023).

Acrescenta-se a essa idéia que as providências pedagógicas também envolvem o trabalho do gestor escolar, uma vez que sua prática articula os aspectos administrativos e pedagógicos (TEZANI, 2001). Além disso, Sant'ana (2005) complementa que:

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola (SANT'ANA, 2005, p. 228).

Prieto (2002) afirma que os gestores escolares devem concentrar esforços para efetivar a proposta de educação inclusiva. Isso implica união de discursos referentes à democratização do ensino e aos princípios norteadores da gestão na escola.

A educação inclusiva só se efetivará nas unidades escolares se medidas administrativas e pedagógicas forem adotadas pela equipe escolar, amparada pela opção política de construção de um sistema de educação inclusiva (TEZANI, 2001).

7. METODOLOGIA

No presente capítulo serão expostas as fases desenvolvidas no processo do trabalho. Gil (2002), define o desenvolvimento de pesquisas como um processo que envolve inúmeras fases, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados. O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica explicativa.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para a coleta dos dados, que conforme Gil (2002), é uma pesquisa desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituída principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa baseia-se no estudo de teorias já publicadas, desta forma, é fundamental que o pesquisador se aproprie do domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material, na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos (SOUSA, OLIVEIRA E ALVES, 2021).

Para a busca dos artigos utilizados no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, foi utilizado o Google Acadêmico, da Google. Também foram utilizados artigos abordados durante as aulas do semestre.

Já a pesquisa explicativa, se preocupa em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos (GIL, 2002).

Por fim, após os levantamentos bibliográficos, para a análise dos dados, Sousa, Oliveira e Alves (2021) afirmam que é o momento de realizar a crítica de todo material bibliográfico levantado, analisar o material no âmbito da qualidade e significação científica da obra, pois assim, a interpretação gera a comprovação ou refutação das hipóteses. Desta forma, analisar é o processo de organizar, refletir, comparar e argumentar todos os elementos do texto, distinguir quais são seus elementos principais, o que pode contribuir para solução ou comprovação da pesquisa, interpretar é realizar a leitura de modo que o pesquisador entenda ou compreenda o que está contido no texto (SOUSA, OLIVEIRA E ALVES, 2021).

8. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO
Leituras sobre o tema	Junho a agosto/2024
Levantamento Bibliográfico	Agosto/2024
Elaboração do Projeto de Pesquisa	Agosto/2024
Apresentação/Entrega do Projeto de Pesquisa	19 de setembro/2024
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso	Outubro/2024
Elaboração do Artigo	Setembro a novembro/2024
Entrega do Artigo	Novembro/2024
Defesa do Trabalho de Conclusão de	18 a 29 de novembro/2024

9. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2012.

ARANHA, Maria Salete F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, Eduardo J. (Org.). Educação especial: temas atuais. Marília: UNESP, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAETANO, Márcio; LIMA, Carlos Henrique Lucas; CASTRO, Amanda Motta. **Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 16, n. 3, p. 5-16, 2019.

CATRINCK, Isabela Maria Oliveira; MAGALHÃES, Sandy Aparecida Barbosa; CARDOSO, Zilmar Santos. **Políticas públicas educacionais de gênero e diversidade sexual: avanços e retrocessos**. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 29, n. 58, p. 87-200, abr./jun. 2020.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windy; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, Windy Brazão. **O conceito de diversidade na BNCC: relações de poder e interesses ocultos.** Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, 2015.

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão.** Revista da Educação, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KHATER, Eduardo; SOUZA, Kelen Cristina Silva de. **Diversidade x Inclusão: conceito, teoria e prática na educação infantil.** Revista Educação em Foco, v. 10, p. 29-38, 2018.

MARTINS, Daniella Soares Marreiros. **Diversidade sexual e de gênero: o papel da escola na promoção da saúde mental de indivíduos da comunidade LGBTQIAP+.** 2023. Monografia (Graduação em Psicologia) — Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2023.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares.** Educar em Revista, Curitiba, v. 28, n. 44, p. 217-233, jan./mar. 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar.** In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Orgs.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas.** Brasília: Brasil Multicultural, 2017. p. 60-83.

MOREIRA, A. F. B.; CÂMARA, M. J. **Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica.** In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M.

(Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 38-66.

MUNIZ, Luciano Borges. **Desafios em relação à diversidade frente às desigualdades e exclusão no cotidiano das escolas.** Diversidade e Educação, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1021–1038, 2024. DOI: 10.14295/de.v11i1.14606. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14606>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PRIETO, Rosângela G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, Marina S. e MARINS, Simone C. F. (Orgs.). Escola Inclusiva. São Carlos: EDUFSCar, 2002. p. 45-60.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago. 2005.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Funcamp, Monte Carmelo, MG, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SPOZATI, Aldafza (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEZANI, Thaís C. R. **A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais.** 2001. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, n. 6, p. 41–61, 2009. DOI: 10.22633/rpge.v0i6.9249. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249>. Acesso em: 10 ago. 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, Salamanca. Salamanca: UNESCO, 1994.